



ACTA DE REUNIÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

19.09.2016 Data: 2016/09/12

Acta n.º 07/RH//2016

Hora: 11h00

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior (Arquiteto), do mapa de pessoal do Cofre de Previdência da Polícia de Segurança Pública.

Área: Administração e Finanças

N.º de Vagas:1

Publicado:

Aviso n.º 3222/2016, publicado no DR, 2.ª Série - N.º 49 - 10 de Março de 2016
BEP - OE201603/0159.

Júri:

Presidente - Rita Margarida Cardoso Vieira, Chefe de Área de Administração e Finanças, dos SSPSP;
2.º Vogal Efetivo - Maria do Carmo Almeida Cruz, Técnica Superior da Secção de Recursos Humanos da Área de Administração e Finanças dos SSPSP;
1.º Vogal Suplente - Ana Paula Marques Simão, Técnica Superior do Gabinete Jurídico dos SSPSP.

Assuntos tratados:

1 - Apreciar e deliberar sobre as alegações apresentadas em Sede de audiência prévia após notificação da lista unitária de ordenação final dos candidatos, bem como às exclusões do procedimento na sequência da aplicação de cada um dos métodos de selecção.

Realizada a audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, e para os efeitos previstos no artigo 36.º, n.º 1 do mesmo diploma, constatou-se que um dos candidatos exerceu o seu direito de pronúncia.

Analisada a mesma, a qual consta junto ao processo de candidatura, verifica-se que a pronúncia se refere ao conteúdo expresso na ata n.º 5 de 2016/05/13, relativamente à qual não houve no prazo legal fixado para audiência prévia qualquer pronúncia, tendo o Júri passado à fase seguinte do procedimento, ou seja à entrevista profissional de selecção.

Relativamente à atual fase do procedimento concursal, e nomeadamente ao conteúdo da ata n.º 6, verifica-se que não há qualquer reclamação, havendo até concordância com o seu conteúdo, por parte de candidato que terá apresentado reclamação.

Neste sentido, não poderá o Júri, nos termos dos disposto no n.º 2 do artigo 191.º do CPA, admitir a reclamação apresentada.

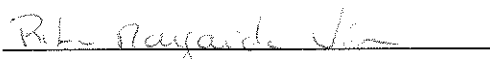
2 – Conclusão do processo e lista unitária de ordenação final

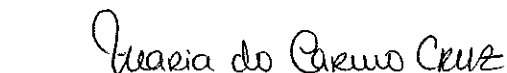
Assim, torna-se definitiva a lista unitária de ordenação final.

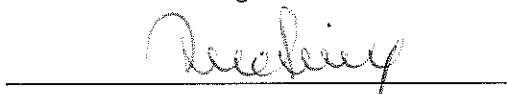
Nesta conformidade e conforme previsto no n.º 2 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, submete-se à homologação do Ex.mo Senhor Diretor Nacional e Diretor dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública, a lista unitária de ordenação final, acompanhada das restantes atas com as deliberações do Júri.

Por fim, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 36.º da citada Portaria, “ (...) a lista unitária de ordenação final, após homologação, é afixada em local visível e publico das instalações da entidade empregadora publica e disponibilizada na página electrónica, sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com a informação sobre a sua publicitação.”

E nada mais havendo a tratar o júri deu por encerrada a reunião, lavrando a presente ata que vai assinada nos termos legais.


Presidente do Júri


2.º Vogal Efetivo


1.º Vogal Suplente

[Handwritten signature]

Candidatos aprovados:

Nome	Classificação
Marcelo Leandro Massano Martins Calado	14,32
Filipe Xavier Rosa de Oliveira	11,72

Candidatos excluídos:

Nome	Classificação
Ana Catarina Serra Nevado	a)

- a) Candidato excluído por não ter comparecido à Entrevista Profissional de Seleção.

